

**Com 115 mil armas, RS é o segundo Estado com mais registros na PF**

# RS é o segundo Estado com mais armas recadastradas

**BRUNA VIESSERI**

bruna.viesseri@zerohora.com.br

Após a determinação do governo federal de que os armamentos espalhados pelo país deveriam ser cadastrados junto à Polícia Federal, o Rio Grande do Sul foi o segundo Estado que mais submeteu os equipamentos ao processo. Foram 115.910 armas registradas somente pelo RS, de um total de 939.154 contabilizados no país. Antes, elas precisavam ser registradas apenas no Exército.

O período para o recadastramento se encerrou no último dia 4, após 60 dias de prazo, e os proprietários que não registraram os equipamentos serão procurados pela PF e podem sofrer sanções.

No ranking, à frente do RS, aparece São Paulo, com 216.054 armas recadastradas. Em terceiro lugar vem o Paraná, com 103.902, seguido de Santa Catarina (83.475) e Minas Gerais (80.240).

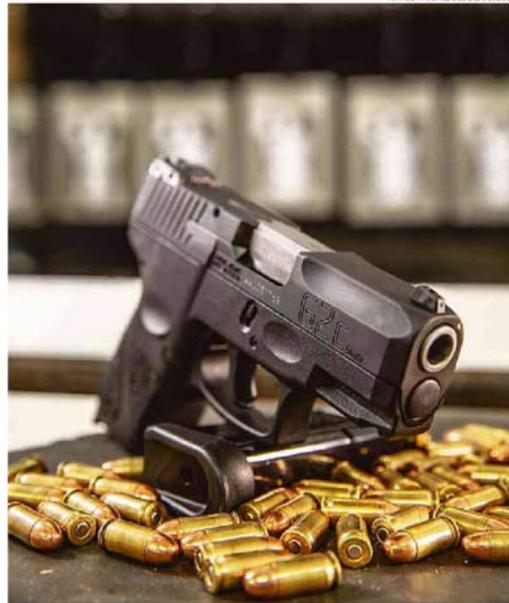
O decreto que prevê a mudança foi assinado pelo governo federal em 1º de janeiro, logo após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O texto estabelece que todas as armas de fogo registradas no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma), do Exército, devem ser recadastradas e inseridas no Sistema Nacional de Armas (Sinarm), mantido pela PF, ligada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A alteração vale para todas que tenham sido adquiridas ou recebidas por transferência a partir de 7 de maio de 2019, e inclui o grupo de CACs (Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador), que fica inscrito no Sigma.

## Regra

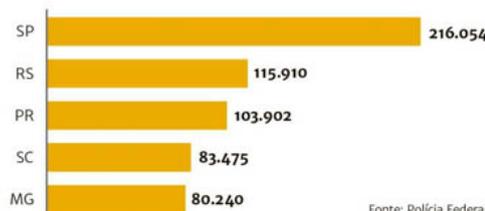
A nova regra é uma das adotadas pelo governo federal na busca por uma política mais rígida para o uso de armas pela população. Outras medidas também foram anunciadas na ocasião, como a redução do total de armamentos e munições permitidos para CACs no país.

Com quase um milhão de recadastrados no país, a PF afirmou que o número "superou as expectativas da corporação". De acordo com a instituição, do total de armamentos recadastrados, 44.264 são de uso restrito (com maior potencial des-



Prazo de 60 dias para o procedimento acabou no último dia 4

## Oranking



Fonte: Polícia Federal

trutivo, como fuzis). A corporação indicou que está pendente o registro de 6.168 armas deste tipo. A reportagem questionou a PF sobre o total de equipamentos não registrados por proprietários, incluindo os de uso permitido, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

Quem não cumprir a norma será procurado pela PF e pode sofrer penalidade. Em nota, a corporação diz que "iniciará uma nova fase que consiste em identificar e localizar as armas que não foram recadastradas no prazo estipulado e adotará as medidas legais cabíveis". Uma delas é a apreensão do equipamento, conforme a portaria que especifica as sanções.

## Delegado não se surpreende

Chefe da Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos (Deleaq) da PF no RS, o delegado Cícero Costa Aguiar afirma que a colocação do Estado no ranking não o surpreende:

– Há uma questão cultural no Rio Grande do Sul, de sempre ter um número significativo de pessoas que possuem armas.

Nas últimas semanas, Aguiar viu aumentar a demanda na sede da delegacia, localizada na Superintendência da PF na Capital. Isso porque, no caso de armas de calibre restrito, os equipamentos precisam ser levados presencialmente a delegacias da PF para conferência. Donos de armamentos de uso permitido tiveram que preencher apenas o formulário digital.

– Essa determinação de trazer a arma gerou uma demanda presencial que normalmente não temos aqui. Os serviços do setor são feitos digitalmente. Em relação à mudança na legislação, fica claro que a nova regra busca um controle maior – observa Aguiar.

O delegado explica que a Deleaq é responsável pelo controle de armas e de produtos químicos, fazendo o cadastro e eventuais modificações referentes aos equipamentos. O setor também atua junto aos pedidos de porte de arma (que permite transitar armada na rua) e no credenciamento de instrutores de tiro.

## Entidades pedem fiscalização

Os institutos Sou da Paz e Igarapé aprovaram a "alta adesão" ao recadastramento. Acrescentaram que o balanço "demonstra como a maioria dos CACs entende a importância do controle efetivo de armas e munições".

Por outro lado, apontam preocupação com o número de armas de uso restrito não submetidas ao processo. Lembram que até 2019 esses equipamentos não podiam ser adquiridos por civis. A liberação ocorreu no governo Bolsonaro.

Gerente de projetos do Sou da Paz, Bruno Langeani destaca os casos em que CACs adquiriram armas e munições legalmente e as repassaram para facções. Para

a entidade, é "urgente" que a PF fiscalize esses proprietários.

– O que percebemos de mais grave é que o descumprimento foi maior entre as armas de maior poder de fogo, como os fuzis. Neste recorte, que é o de armas mais perigosas, uma em cada seis deixou de ser recadastrada – afirma.

Já o coordenador do Centro de Pesquisa em Direito e Segurança (Cepedes), Fabrício Rebelo, avalia que o resultado do recadastramento mostra justamente o contrário:

– O maior efeito do recadastramento foi acabar de vez com a narrativa de que armas de CACs são desviadas para a criminalidade, pois a posse foi comprovada.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

**Página:** 19